

# Conferências Nacionais 2010-2013<sup>1</sup>

**Projeto temático:** *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

**Fluxo:** direitos.

Em janeiro de 1937, a Lei 378 – 13.01.1937, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, redefiniu a organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a ser nomeado Ministério da Educação e Saúde. Em seu artigo 90, a lei estabelece a realização da Conferência Nacional de Educação e da Conferência Nacional de Saúde, “destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o País, e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais”<sup>2</sup>.

Em 1941, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde, inaugurando a prática deste tipo de evento no país<sup>3</sup>; esta conferência passou a ser realizada com periodicidade irregular, mas contando com ao menos uma edição a cada década desde então. Foi somente na década de 1980 que conferências a respeito de outras áreas e temas passaram a ser realizadas, consideradas como um instrumento importante no processo de redemocratização do país para fortalecer a participação social no sentido de legitimar políticas de Estado. Este tipo de evento se tornou mais recorrente a partir de 2003, no governo Lula, período em que também os temas tornaram-se mais diversificados.<sup>4</sup> As Conferências tornaram-se cada vez mais específicas; há uma ampla gama de delas voltadas às chamadas antigas minorias (mulheres, povos indígenas, negros, etc.), que passaram a ser designadas por grupos de interesse. Houve, portanto,

---

<sup>1</sup> Texto de apresentação à tabela “Conferências Nacionais 2010-2013”.

<sup>2</sup> Lei nº 378 de 13 de Janeiro de 1937: art. 90. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>. A citação mantém a ortografia da época, conforme documento original publicado no Diário Oficial da União.

<sup>3</sup> Não há registros oficiais sobre a realização da Conferência Nacional de Educação à época, ainda que ela tenha sido instituída pelo mesmo documento que a Conferência Nacional de Saúde. Provavelmente isto se deve ao fato de as duas áreas estarem agrupadas em uma mesma pasta ministerial. Segundo o documento da Secretaria Geral da União sobre as Conferências realizadas entre 1941 e 2010 ([http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/arquivos/arquivos-novos/CONFERENCIAS%20NACIONAIS\\_Tabela\\_1941\\_%202010\\_26abril2010.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/arquivos/arquivos-novos/CONFERENCIAS%20NACIONAIS_Tabela_1941_%202010_26abril2010.pdf)), considera-se a como 1ª Conferência Nacional da Educação a realizada em 2010.

<sup>4</sup> A este respeito ver relatório de pesquisa realizada por Inesc e Pólis, disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/1262/1262.pdf>

um deslocamento diante dos formatos das Conferências destinadas a grandes temas, como saúde e educação.

Desde a sua instituição, por meio da referida lei de 1937, as Conferências Nacionais são convocadas por meio de decreto presidencial. Além de estarem sempre vinculadas a um ministério ou secretaria, normalmente estas Conferências vinculam-se também a Conselhos sobre temas específicos criados no interior dos Ministérios. Na página da Secretaria Nacional de Articulação Social, estas duas instâncias (conselhos e conferências) são apresentadas da seguinte maneira:

“Participação social como método de governo significa aprofundar as relações democráticas, e incluir os cidadãos na gestão pública. Decidir dialogando racionaliza recursos e resulta em ações de transformação social.”

#### **Conselhos**

A criação dos Conselhos, em todos os níveis da Federação, e a realização de Conferências Nacionais sobre os mais diferentes temas de interesse da sociedade civil tem sido uma das formas mais abrangentes e consolidadas do diálogo que o governo vem mantendo com a sociedade civil ao longo dos últimos anos. Entre 2003 e 2010 foram criados dezenove Conselhos e outros dezesseis foram reformulados com o objetivo de ampliar ainda mais essa interação.

Os Conselhos têm se constituído como espaços próprios para incorporar pautas e interesses dos setores sociais que buscam a melhoria da qualidade e a universalização da prestação de serviços, destacando-se como instâncias de construção de direitos ainda não reconhecidos pelo Estado.

#### **Conferências**

A Constituição de 1988 consagrou o princípio da participação social como forma de afirmação da democracia. Desde então houve uma proliferação de formas e instâncias de participação em todos os níveis da Federação, cumprindo o papel de verdadeiras arenas públicas, lugares de encontro entre sociedade e estado.

De 1941 a 2011 foram realizadas 127 conferências nacionais, das quais 86 aconteceram entre 2003 e 2012 abrangendo mais de 40 áreas setoriais nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. Mais de sete milhões de pessoas participaram do debate sobre propostas para as políticas públicas. Entre 2013 e 2014 estão previstas 19 conferências nacionais, com expectativa de participação de milhões de pessoas, desde as etapas municipais, livres, regionais, estaduais até a etapa nacional. As etapas preparatórias (municipais, territoriais, temáticas) são momentos importantes e ricos no processo de uma conferência. É nelas que o debate se intensifica, tanto nos temas nacionais como nos locais, proporcionando ao cidadão oportunidade de propor soluções para os problemas da sua cidade, estado e do país.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/conselhos-e-conferencias](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/conselhos-e-conferencias)

O objetivo da realização de Conferências é a ampliação do espaço de participação democrática. Contudo, é importante frisar que nenhuma Conferência tem caráter deliberativo: sua função é apontar pontos cruciais e propor políticas públicas a partir da articulação entre órgãos estatais, instituições da sociedade civil organizada (movimentos populares; ONGs; entidades de classe; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; sindicatos; associações de empresários) e representantes civis eleitos (chamados delegados). Antes da realização da etapa nacional, ocorrem conferências Municipais e Estaduais nas quais são eleitos os delegados e discutidas propostas a serem encaminhadas à Conferência Nacional. Mais recentemente abriu-se também a possibilidade, a partir de uma Conferência Nacional da Juventude, da realização de conferências livres (nas quais interessados podem encaminhar propostas diretamente às comissões nacionais).

Observando todos os critérios que compõem uma Conferência Nacional tal qual apontado acima (convocação por meio de decreto; vinculação com ministério, secretaria ou conselho; realização de etapas prévias), foi dado início ao mapeamento dos eventos deste tipo realizados no Brasil entre 2010 e 2013 (abarcando, portanto, o período de realização da pesquisa do PTE). Utilizou-se como base as informações disponíveis no site da Secretaria-Geral da Presidência da República<sup>6</sup>, complementadas por uma pesquisa cuidadosa em sites de busca por meio da qual foi possível localizar Conferências que não constavam na listagem oficial.

Informações em relação a tema, objetivos e instituições envolvidas foram organizadas em uma tabela com o intuito de facilitar a consulta à informação. No entanto, como se notará, em alguns casos (sobretudo nas conferências realizadas mais recentemente) não foi possível localizar todas as informações necessárias pela ausência de fonte (sites em manutenção e inexistência de relatório final são alguns dos casos). Quando possível, estas lacunas foram preenchidas por meio de dados publicados na imprensa durante a realização do evento (nestes casos, isto é sinalizado na coluna de “observações”). Consideradas estas exceções, todas as informações presentes na tabela foram retiradas de fontes oficiais, tais como relatórios finais, documentos-base e portais

---

<sup>6</sup> “Conferências Nacionais Realizadas (1941-2010)” ([http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/arquivos/arquivos-novos/CONFERENCIAS%20NACIONAIS\\_Tabela\\_1941\\_%202010\\_26abril2010.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/arquivos/arquivos-novos/CONFERENCIAS%20NACIONAIS_Tabela_1941_%202010_26abril2010.pdf)); “Conferências Nacionais Realizadas (2011-2013)” ([http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/conselhos-e-conferencias/conferencias-2011-2012-2013](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/conselhos-e-conferencias/conferencias-2011-2012-2013)).

eletrônicos das conferências ou dos ministérios/conselhos responsáveis por elas. A coluna “coordenação” apresenta os órgãos públicos responsáveis pela realização das conferências; a coluna “comissão organizadora” elenca os órgãos e instituições que estão representados por pessoas físicas nas comissões. Todas as informações relativas às conferências são precedidas de uma coluna que indica o fluxo do PTE ao qual cada uma delas se relaciona.

Acompanham a tabela os documentos oficiais disponíveis de cada conferência (como textos-base, relatórios finais, anais e resoluções), que foram levantados, selecionados e reunidos para análise posteriormente.